



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35  
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



MENSAGEM Nº.021/85-NMR

Cordeirópolis, 31 de maio de 1985.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Temos a honra e a satisfação de encaminhar para a alta apreciação e deliberação dos nobres Vereadores dessa Egrégia Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei nº.021/85, desta data, que concede subvenção às entidades que especifica e dá outras providências.

Tal medida se faz necessária, para que as entidades contempladas com subvenção, as utilize ainda neste exercício, para fins de manutenção geral, em reforço ao que foi concedido no início deste exercício.

Certos de contarmos com a plena aprovação do aludido projeto de lei, dada a relevância social do qual esta revestido, renovamos na oportunidade os nossos protestos de distinta consideração e apreço.

Atenciosamente,

  
JOSÉ GERALDO BOTION  
-Prefeito Municipal-

A Sua Excelência o Senhor  
DR. JOSÉ VALTER MASCARIN  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
CORDEIRÓPOLIS - S.P.

--o0o--



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35  
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



## PROJETO DE LEI Nº.021 DE 31 DE MAIO DE 1985

CONCEDE SUBVENÇÃO ÀS ENTIDADES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERALDO BOTION - Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal de Cordeirópolis autorizado a conceder subvenções por conta de dotações orçamentárias próprias, no valor de Cr\$17.365.000 (dezessete milhões e trezentos e sessenta e cinco mil cruzeiros), às seguintes entidades, para fins de manutenção geral:

-- Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro . . . . .	G\$ 320.000
-- Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Limeira . . . . .	G\$ 320.000
-- Sanatório Antonio Luiz Sayão, de Araras . . . . .	G\$ 1.000.000
-- Casa de Saúde Bezerra de Menezes, de Rio Claro - G\$	500.000
-- Fundação Dr. Amaral de Carvalho, de Jaú . . . . .	G\$ 320.000
-- Associação de Reabilitação Infantil Limeirense, de Limeira . . . . .	G\$ 500.000
-- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cordeirópolis-APAE . . . . .	G\$ 5.000.000
-- Ação Social e Educativa da Paróquia de Santo Antonio - Acesac . . . . .	G\$ 405.000
-- Patrulha Mirim de Cordeirópolis . . . . .	G\$ 3.000.000
-- Centro Comunitário Municipal de Cordeirópolis. G\$	4.200.000
-- Clube Atlético Juventus . . . . .	G\$ 100.000
-- Sociedade Recreativa e Esportiva de Cascalho . G\$	100.000
-- Brasil Atlético Clube . . . . .	G\$ 100.000
-- Fundação Antonio Prudente, de São Paulo . . . . .	G\$ 1.500.000
<u>Total . . . . .</u>	<u>G\$ 17.365.000</u>

Artigo 2º - Fica autorizado, também, a abrir crédito adicional suplementar no valor de Cr\$17.365.000 (dezessete milhões e trezentos e sessenta e cinco mil cruzeiros) para cobrir as despesas de correntes com a execução da presente lei.

continua ...



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS


PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35  
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



Projeto de Lei nº.021/85 - continuação - fls. 02

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 31 de maio de 1985.

  
JOSE GERALDO BOTION  
-Prefeito Municipal-

-oOo-

1

CMIAA DE GUARDA MUNICIPAL EM SÃO PAULO  
PROJ. DE LEI DE AUTOMIA DE CELSO MATSUDA



## Câmara Municipal de São Paulo

### GUARDA MUNICIPAL: NOVAS DISCUSSÕES PARA UMA IDÉIA ANTIGA

Com o aumento da criminalidade e a falta de segurança gerando pânico entre a população, proliferam-se as discussões e as idéias sobre as fórmulas de resolver ou amenizar o problema. Uma das sugestões tem girado em torno da criação da Guarda Municipal. Uma idéia antiga do Vereador Celso Matsuda, líder do PFL na Câmara Municipal de São Paulo, que no ano passado já havia elaborado projeto de lei autorizando o Executivo a criar a Guarda Municipal.

Em seguida, consultou uma série de órgãos públicos e representantes de vários segmentos sociais, que opinaram a cerca da validade do projeto, que pode inclusive servir de base para iniciativas semelhantes em outras Cidades do Estado.

O projeto de lei estabelece que a Guarda Municipal passa a ser a responsável pela segurança de bens imóveis do Município e de todos os bens que fazem parte do patrimônio municipal.

Assim, caberia à Guarda Municipal exercer a vigilância permanente, interna e externa, dos locais onde funcionam órgãos da Administração Municipal, dos cemitérios municipais, e ainda zelar pela devota utilização dos bens públicos de uso comum e fiscalizar o cumprimento das normas de trânsito, inclusive com a atribuição de punir os infratores.

Tal medida poderia contribuir com a melhoria das condições de segurança da população, numa cidade como São Paulo, e em todas as demais, onde os recursos da polícia não são suficientes para evitar ou reprimir o aumento da criminalidade. Dessa forma, a vigilância preventiva ficaria a cargo da Guarda Municipal, no sentido de evitar depredações em todos os bens municipais, principalmente nas escolas.

Ao reafirmar sua preocupação com a preservação do patrimônio municipal, o vereador Celso Matsuda acrescentou: "não permanecemos apenas no campo da discussão teórica, mas exercemos o dever legislativo de garantir a segurança do bem público e, com ele, preservar parte da história desta cidade".

M.B.

MT nº 11.802



# *Câmara Municipal da Estância Balneária de São*

*Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade*



as lideranças, principalmente nos municípios, de forma que alguns de seus representantes já estão desgostando seus eleitores através de atos comprometedores de decoro e probidade administrativas. Não são de se estranhar tais fatos, tendo em vista a precipitação partidária na escolha dos candidatos.

Mas, por falar em estranheza, o que é estranho, entretanto, é a indiferença do Sr. Franco Montoro, diante do drama das famílias dos ex-Vereadores, as quais não possuem outro meio de vida senão a pensão do IPESP. Muitas, sem essa pensão, não possuem renda e nem recursos que possam pelo menos minorar ou evitar o abismo da miséria total. Entre estes ex-Vereadores, alguns existem com mais de 70 anos de idade sem possibilidade, ao menos, de exercerem qualquer atividade, porque, a saúde e as condições físicas os impedem. A situação destas famílias está exigindo um gesto mais humano do Sr. Governador, pois, S.Exa. ao resolver o caso, além de praticar um ato de elementar justiça, estaria cumprindo a lei e poupando desgastes que depõem contra a imagem do seu Governo.

Acresce, ainda, que o IPESP - Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, quando resgata os créditos, o faz sem correção e juros, o que importa em prejuízos e restrições de direitos, mormente para alguns que conseguem empréstimos nos bancos ou na área da agiotagem. E na área administrativa do Estado, promessas feitas em campanhas políticas já começam a ser negadas.

Do enorme balaio de promessas do então candidato Franco Montoro, constou sua repetida afirmação de que a lei seria fielmente respeitada e cumprida. Ora, para lembrarmos apenas um fato, citaremos o caso das aposentadorias dos ex-Vereadores, cuja Carteira Parlamentar foi criada por lei que estabeleceu a contribuição de cada beneficiário para a citada Carteira, sob orientação e administração do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo - IPESP.

O atraso no pagamento das respectivas aposentadorias, por parte do IPESP, vai para 4 meses. É incrível que isto aconteça, pois os beneficiários da Carteira contribuíram e continuam contribuindo para a manutenção de seus benefícios. Enquanto isto o IPESP vai jogando a culpa no Governo do Estado e o tempo passa, sem que essa situação seja resolvida a contento.

O SR. PRESIDENTE — Por cessão de tempo do nobre Vereador Alfredo Martins, tem a palavra o nobre Vereador Celso Matsuda.

O SR. CELSO MATSUDA — Sr. Presidente, Srs. Vereadores, preocupados com a falta de recurso da nossa Polícia para uma efetiva atuação preventiva frente ao incontrolável crescimento da violência urbana, em meados do ano passado elaboramos projeto de lei que autoriza o Executivo a criar a Guarda Municipal de São Paulo, conforme passamos a relatar:

## "PROJETO DE LEI N.º 784

Autoriza o Executivo a criar a Guarda Municipal de São Paulo

### A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Executivo autorizado a criar a Guarda Municipal de São Paulo, com as atribuições estabelecidas nesta lei.

Art. 2.º — Competirá à Guarda Municipal de São Paulo:

I — exercer a guarda permanente dos bens imóveis do Município e dos demais bens integrantes de seu patrimônio;

II — exercer a vigilância permanente, interna e externa, nos locais onde funcionem órgãos da Administração Municipal, direta ou indireta;

III — exercer a guarda e vigilância permanentes, interna e externa, dos cemitérios municipais;

IV — exercer a vigilância permanente nos bens públicos de uso comum do povo, no tocante à sua utilização indevida ou em desconformidade com a legislação própria;

V — exercer a fiscalização do cumprimento das normas de trânsito, tráfego e estacionamento, no âmbito da competência municipal, com a atribuição da imposição de multa ou outra penalidade prevista em lei por sua infração.

Parágrafo único — A competência estabelecida neste artigo não exclui a dos demais órgãos da Administração, prevista nas leis e regulamentos próprios.

Art. 3.º — Os cargos necessários à implantação da Guarda Municipal de São Paulo serão criados mediante o processo legislativo próprio.

Art. 4.º — A estrutura orgânica da Guarda Municipal de São Paulo, bem como as atribuições inerentes aos cargos nela integrados, serão estabelecidos por decreto.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, Celso Matsuda

Justificação

É fato notório e reconhecido até pelas próprias autoridades do Estado, a falta de recursos da Polícia para uma atuação preventiva no que respeita aos delitos de toda ordem. E se o aparelho policial não tem condições de evitar, nem mesmo de reprimir a onda de criminalidade a que estamos assistindo, muito menos poderá exercer a guarda e vigilância do patrimônio público que não seja do próprio Estado.

Grande tem sido o número de assaltos e depredações em escolas municipais, como também grande tem sido o número de casos de violação de túmulos, estes por parte de marginais que não titubeiam em até profanar cadáveres em busca de algo que tenha valor econômico.

Nada impede que o Município de São Paulo tenha sua própria Guarda, como ocorre em outros Municípios. A essa Guarda Municipal incumbir-se não apenas cuidar da defesa do patrimônio municipal, mas também exercer a vigilância preventiva nos locais onde funcionam as repartições municipais, inclusive as escolas do Município e, especialmente, os cemitérios.

Também essa Guarda Municipal poderia exercer a fiscalização do trânsito naquilo que é de competência municipal, o que, aliás, permitiria o retorno de um grande contingente de policiais militares às suas funções próprias, daí decorrendo um reforço no policiamento ostensivo e repressivo na Capital, em benefício da população.

Esses os objetivos do projeto de lei que ora submetemos à consideração da Casa, dispondo sobre a criação da Guarda Municipal de São Paulo. Dependendo a proposta, obviamente, para sua efetivação de medidas complementares e de regulamentação, aquelas e esta por parte do Executivo, do qual esperamos merecer receptividade para a sugestão, do mesmo modo como para ela contamos com a aprovação dos Nobres Pares."

Ao elaborar o projeto, tomamos a precaução de enviá-lo para análise ao Cepam (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal — Fundação Faria Lima), em 22 de novembro de 1984.

O Cepam nos respondeu a consulta em 26 de fevereiro de 1985, nos seguintes termos:

"São Paulo, 26 de fevereiro de 1985.

Senhor Vice-Presidente

Atendendo à consulta formulada por Vossa Excelência, por intermédio do ofício n.º ..... datado de 22-11-84, objeto do Processo FPFL n.º 2.411/84, temos o prazer de encaminhar o incluso Parecer FPFL n.º 10.995, emitido por esta Fundação.

Continuando sempre ao inteiro dispor, renovamos a Vossa Excelência nossas expressões de estima e consideração.

MARCOS DUQUE GADALHO, Presidente

Excelentíssimo Senhor

Celso Matsuda

DD. Vice-Presidente da

Câmara Municipal de

SÃO PAULO — SP"

"Parecer FPFL n.º 10.995

Processo FPFL n.º 2.411/84

Interessada: Câmara Municipal de São Paulo

Vereador Celso Matsuda

GUARDA MUNICIPAL — O policiamento ostensivo é da competência exclusiva das polícias militares estaduais. A Prefeitura Municipal pode, a despeito disso, criar guarda municipal, com competência restrita ao zelo pelo patrimônio municipal e às normas de trânsito, com respaldo legal no artigo 3.º, "caput", da Lei Orgânica dos Municípios.

## CONSULTA

O Vereador Celso Matsuda, 2.º Vice-Presidente da Câmara de São Paulo, consulta-nos sobre o projeto de lei, de sua autoria, que cria a Guarda Municipal de São Paulo, remetendo-nos cópia do mesmo para análise.

## PARECER

— I —

O Estado, no exercício de sua função administrativa, atuando, portanto, segundo processos autoritários, debaixo do regime de Direito Público, condiciona, com base na lei e na forma desta, o exercício da liberdade e da propriedade dos indivíduos, a fim de compatibilizá-las com o bem-estar social, através de imposições de deveres de abstenção. Para efetivar tal desiderato, o Poder Público fiscaliza, proíbe e reprime comportamentos nocivos aos valores protegidos no sistema normativo.

Este primeiro grupo de atividades administrativas denomina-se, tradicionalmente, "polícia administrativa", expressão que é do chamado "poder de polícia".

"Art. 3.º — Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos territórios e no Distrito Federal, compete às Polícias Militares no âmbito de suas respectivas jurisdições:

a) executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas e os casos estabelecidos em legislação específica, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;

b) atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presuma ser possível a perturbação da ordem.

c) atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas.

d) atender à convocação do Governo Federal, em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave subversão da ordem ou ameaça de sua interrupção subordinando-se ao Comando das Regiões Militares para emprego em suas atribuições específicas de polícia militar e como participante da Defesa Territorial".

Assim, a definição de competência e atribuições constante do artigo transcrito comprova que a manutenção da ordem pública, quer preventiva, quer repressiva, cabe às polícias militares e, ainda, que essa atribuição lhes é exclusiva. Isto posto, fica obstada a instituição de qualquer outra corporação policial para essa mesma finalidade. Os termos da lei são claros e incisivos, especialmente em relação ao atributo da exclusividade conferida às polícias militares cujo âmbito de atuação é o território do Estado-membro.

No Estado de São Paulo, a competência da polícia militar está discriminada na Lei n.º 616, de 17-12-74, cujo artigo 2.º, inciso I, estampia integralmente o texto da alínea "a" do artigo 3.º, do Decreto-Lei Federal n.º 667/69, a par de lhe ressaltar a submissão à legislação federal.

"I — executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes, conceituadas na legislação federal pertinente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos".

Assim sendo, concluímos que não é possível a instituição de uma guarda municipal para o exercício das mesmas atribuições cometidas, com exclusividade, à polícia militar. A Lei n.º 616, de 17-12-74, em seu artigo 48, determina a existência de, pelo menos, um Grupo Policial Militar.

Outrossim, devemos lembrar que a questão já foi levada ao Poder Judiciário deste Estado, tendo o Primeiro Tribunal de Alcáida Civil decidido pela ilegalidade da formação de uma guarda municipal e instituição da respectiva taxa para sua manutenção. Trata-se da decisão proferida na Apelação Civil número 171.270 (In: RT 433/184), cujo acórdão transcrevemos parcialmente:

"Assentou assim, o legislador federal, de maneira clara e categórica, que o policiamento armado, ostensivo e fardado, está reservado, exclusivamente, sem ressalva alguma, às Polícias Militares.

A constituição, no município de..., de uma guarda municipal fardada e armada, para policiamento ostensivo, é manifestamente ilegal, por infringir a legislação federal, que lhe não admite a existência nem "et pour cause" o desempenho das funções reservadas, com exclusividade, à Polícia Militar".

Conforme está relatado no acórdão, o caso levado ao Tribunal e objeto dessa decisão foi o seguinte:

"A Guarda Armada de... ficou subordinada, administrativamente, ao Chefe do Executivo Municipal e, tecnicamente, ao Delegado de Polícia (art. 2.º da lei n.º 863).

Verificam-se, em suma, que leis, decretos e atos constituíram, no Município de..., uma guarda municipal uniformizada e armada, destinada a policiamento ostensivo na cidade, especialmente à noite".

Embora o exemplo não caiba ao presente projeto, que tem definidas claramente a competência e atribuições da Guarda que pretende criar, sua citação é feita a título de ilustração, inserida na exposição, devendo ser considerado pelo nobre consulete.

A Constituição Federal discriminou o que cabe aos Municípios — dispondo a esse respeito no seu artigo 15, "caput", o seguinte:

"Art. 15 — A autonomia municipal será assegurada:

I - pela eleição direta de Prefeito, Vice-Prefeito e vereadores realizada simultaneamente em todo o País, na mesma data das eleições gerais para deputados.

II - pela administração própria, no que respeite ao seu peculiar interesse, especialmente quanto:

a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei; e

b) à organização dos serviços públicos locais".

Comentando a norma constitucional, diz Manoel Gonçalves Ferreira Filho (Comentários à Constituição Brasileira, 5.ª ed., São Paulo, Saraiva, 1984, p. 131):

"Administração Própria. A autonomia municipal importa no sistema constitucional, administração própria. Isto significa a existência de órgãos próprios, integrados em sua estrutura, não sujeitos a qualquer órgão estadual ou federal, aptos a exercer todas as competências deferidas aos Municípios" (grifos originais).

E ainda, em seguida, o mencionado constitucionalista (p. 132):

"Organização dos Serviços Públicos Locais. Cabe aos Municípios, e só a eles, decidir sobre qual a organização a ser dada a seus serviços. Ele é que há de fixar qual a estrutura e qual a competência dos órgãos da administração, bem como qual a sua centralização ou descentralização. A liberdade na organização desses serviços, está no cerne da autonomia municipal tal qual garante a Constituição Federal.

Desta forma, não parece lícito ao Estado federado reduzi-la" (grifos originais).

No mesmo sentido ensina Hely Lopes Meirelles (Direito Municipal Brasileiro, 4.ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 1981, p. 117):

"Muitas, entretanto, são atividades que, embora tuteladas ou combatidas pela União e pelos Estados-membros, deixam remanesecer aspectos da competência local, e sobre os quais o Município não só pode, como deve, intervir, atento a que a ação do Poder Público é sempre um poder-dever. Se o Município tem o poder de agir em determinado setor, para amparar, regulamentar ou impedir uma atividade útil ou nociva à coletividade, tem, correlatamente, o dever de agir, como pessoa administrativa que é, armada de autoridade pública e de poderes próprios para a realização de seus fins" (grifos do autor).

E assevera ainda o insigne mestre:

"Examinando-se a atividade municipal, no seu triplice aspecto político, financeiro e social, depara-se-nos um vasto campo de ação, onde avultam assuntos de peculiar interesse do Município, a começar pela escolha de seus governantes (Prefeito e Vereadores) e a desenvolver-se na busca de recursos para a administração (tributação), na organização dos serviços necessários à comunidade (serviços públicos), na defesa do conforto e da estética da cidade (urbanismo), na educação e recreação dos munícipes (ação social), na defesa da saúde, da moral e do bem-estar público (poder de polícia) e na regulamentação estatutária de seus servidores (funcionalismo público municipal)" (ob. cit. pgs. 117-118).

Concluímos, assim, que a Constituição Federal, embora consagre a atividade de policiamento ("latu sensu") dos Estados-membros, assegura também a autonomia municipal, deferindo ao Município competência para prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse, inclusive em relação ao exercício do poder da polícia, atividade esta concorrente entre os Municípios e o Estado-membro (LOM, art. 4.º, inciso VII):

"Art. 4.º — Ao Município compete, concorrentemente com o Estado:

VII — fazer cessar, no exercício do poder de polícia administrativa, as atividades que violem as normas de saúde, sossego, higiene, segurança, funcionalidade, estética, moralidade e outras de interesse da coletividade."

No dizer de Hely Lopes Meirelles, "tudo quanto repercutir direta e imediatamente na vida municipal é de interesse peculiar do Município, embora possa interessar também indireta e mediamente ao Estado-membro e à União. O provimento de tais negócios cabe exclusivamente ao Município interessado, não sendo lícita a ingerência de poderes estranhos, sem ofensa à autonomia local. Pode e deve o Município repelir tais interferências, partam elas de outro Município, do Estado-membro ou da União, através de qualquer de seus órgãos ou Poderes" (In: Direito Municipal Brasileiro, 4.ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 1981, p. 87).

Assim, com a cautela de não invadir atribuição constitucionalmente outorgada para as polícias militares estaduais, a Municipalidade paulistana pode criar sua guarda municipal, com o fito de guardar os bens que integram seu patrimônio, não lhe sendo permitida a invasão na esfera de ação das polícias estaduais. A Lei Maior atribuiu a atividade de policiamento às polícias estaduais, sem contudo, vedar a existência de corpos municipais de guarda para aqueles fins (guarda do patrimônio público).

Na abalizada opinião de Sampaio Dória, "Peculiar não é nem pode ser equivalente a privativo. (...) A diferença está na ideia de exclusão: privativo importa exclusão e peculiar não" ("Autonomia dos

Municípios". In: Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, XXIV/419) (grifos do autor). A guarda exerceria a atividade de guarda e zelo pelo patrimônio municipal, atividade esta do peculiar interesse do Município.

A autonomia municipal deve ser resguardada, sem, contudo, ferir a lei. O Município pode e deve empenhar esforços no sentido de readquirir sua capacidade de prover a tudo quanto lhe interesse diretamente, inclusive no sentido de modificar a Constituição Federal, em ativa participação na Assembleia Nacional Constituinte marcada para breve.

Cabe, porém, suscitar uma questão que, por sua alta relevância, não deve ser olvidada: com a criação da guarda municipal, serão criados novos cargos e funções públicas. Assim, a criação da guarda compete exclusivamente ao Prefeito Municipal, por força do disposto no artigo 27, § 1.º, item "2", do Decreto-Lei Complementar n.º 9, de 31/12/69:

"Art. 27 — A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, à Mesa da Câmara e ao Prefeito.

§ 1.º — É da competência exclusiva do Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que:

2 — criem cargos, funções ou empregos públicos..."

O projeto de lei em apreço autoriza o Prefeito Municipal a criar a guarda. Este, baseado em critérios de conveniência e oportunidade, pode ou não criá-la, estando, com a aprovação do referido projeto de lei, autorizado pelo Legislativo municipal. Por estar mencionado o projeto de lei simplesmente autorizando (outorgando uma faculdade), não afronta o disposto no transcrito art. 27 da LOM. Pela mesma razão, não quebra o prejuízo da autonomia e independência dos Poderes (art. 6.º, da Constituição Federal).

Concluindo, na vigência de nossa atual Constituição Federal (Emenda n.º 01/69), o Município, sem desrespeito à legislação, pode criar guarda municipal. As atribuições deferidas à guarda, se restritas às constantes no projeto de lei analisado (guarda do patrimônio público e fiscalização de tráfego e trânsito), não ferem a legislação federal ou estadual reguladoras da matéria.

Uma vez que o próprio projeto de lei restringe e define a competência e as atribuições do corpo que cria, sem ferir a legislação vigente, nada obsta tal criação. O zelo pelo próprio patrimônio e o policiamento de atividades de exclusiva competência municipal (trânsito, prevenção e combate a incêndios) são exemplos de peculiar interesse, competindo ao Município seu provimento.

Conforme solicitação do nobre consulete, deixamos de nos manifestar a respeito do texto e da técnica legislativa, atendo-nos precipuamente ao mérito do projeto de lei analisado.

É o parecer.

São Paulo, 25 de fevereiro de 1985.

Renato Sansone Rodrigues

Gerência de Bens e Serviços

Assistente de Projetos

Jurídico Júnior — Advogado

Diógenes Gasparini

Gerência de Bens e Serviços

Gerente — Advogado

De acordo, encaminhe-se.

Luís César Amad Costa

Superintendente de Assistência Técnica"

Concomitantemente, enviamos cópias do referido projeto, solicitando opinião e sugestões a respeito do mesmo, a várias entidades públicas e privadas, entre elas: SECOVI — Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo; FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo; Prefeitura Municipal de São Paulo; Superintendência da Polícia Federal em São Paulo; Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça de São Paulo.

A FIESP e o SECOVI se solidarizaram com a nossa iniciativa em cartas datadas de 10 de dezembro de 1984 e 20 de fevereiro do corrente ano, respectivamente:

"São Paulo, 10 de dezembro de 1984. Pres. 013742. P. 318.678/84.

Exmo. Sr. Vereador Celso Matsuda, DD. 2.º Vice-Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Senhor Vereador

Recebemos, apenas à sua mensagem de 22 de novembro último, cópia de Projeto de Lei que autoriza o Executivo a criar a Guarda Municipal de São Paulo.

Agradecendo a gentileza do encaminhamento daquela documentação, que está merecendo a especial atenção desta Casa, apresentamos-lhe, no ensejo, os nossos protestos de apreço e consideração.

(a) Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho, Presidente."

"São Paulo, 20 de fevereiro de 1985. Exp. 078785.

Excelentíssimo Senhor Vereador,

Agradecendo preliminarmente a gentileza da remessa, para nosso conhecimento, do Projeto de Lei que autoriza o Executivo a criar a Guarda Municipal de São Paulo, tenho a considerar que a criação de uma Guarda Especial para cuidar da defesa do patrimônio municipal, inclusive escolas, cemitérios, áreas de lazer e vigilância preventiva de locais onde funcionam as repartições públicas, é plenamente razoável, ainda mais que já se observam atos de extremo vandalismo até contra as escolas públicas.

No que tange à sua destinação também ao policiamento de trânsito, desde que a finalidade seja liberar o contingente de policiais militares que se ocupam desse setor, para aumentar o efetivo atual em trabalho preventivo contra a onda de violência que se alastrou em São Paulo, a iniciativa do projeto é altamente meritória.

Aproveitamos a oportunidade para enviar a V. Exa. os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

(a) Samuel Kon, Presidente em exercício.

Sua Excelência o Senhor Vereador Celso Matsuda, São Paulo, SP."

Fica, pois, comprovado que nossa preocupação com a preservação do Patrimônio Municipal não é recente, e que também não permanecemos apenas no campo da discussão teórica, mas exercemos o dever legislativo de garantir a segurança do bem público e, com ele, preservar parte da história desta cidade.

Requeremos, nos termos regimentais, que cópias deste pronunciamento sejam enviadas ao Prefeito Mário Covas Júnior; ao Dr. Miguel Michel Elias Temer Lulia, Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública; Dr. José Carlos Dias, Secretário de Estado dos Negócios da Justiça; Dr. Romeu Tuma, Superintendente do Departamento da Polícia Federal em São Paulo; Dr. Cláudio Ferraz de Alva-tenga, Presidente da Fundação Faria Lima; Dr. Abram Szajman, Presidente da Federação do Comércio do Estado; Dr. Romeu Chap Chap, Presidente do Secovi — Sindicato das Empresas de Compra e Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo, e Dr. Luiz Eulálio Bueno Vidigal, Presidente da Fiesp — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

PUBLICADO NO

"DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO"

DO DIA 11 DE MAIO DE 1985,

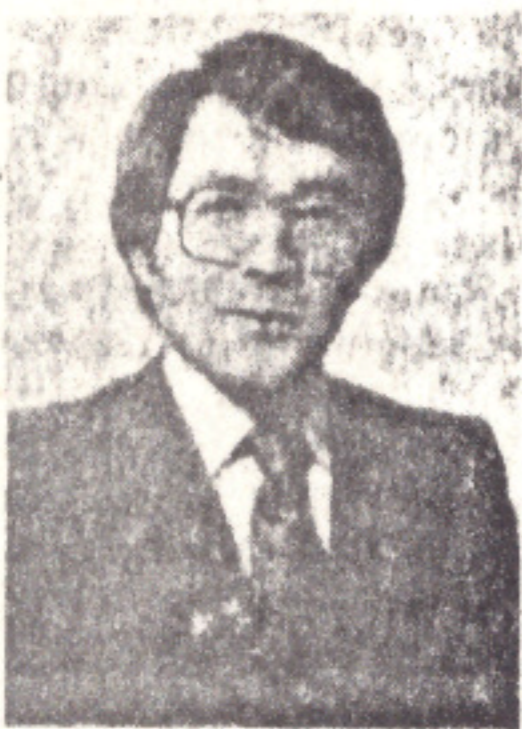
PÁG. 69/70.

## Ponto de vista

### Reforma tributária, já!

**Celso Matsuda**

**A** Nova República se depara hoje com uma Nação unida por um processo de democratização, que busca devolver ao País a sua normalidade institucional. No entanto,



esse mesmo país, enorme e desigual, arrasta consigo, no decorrer de sua história, características regionais e locais tão diferenciadas, que seus inúmeros problemas comunitários passaram de difíceis a insolúveis, dentro de um sistema centralizador.

Um sistema que, após 1964, não enfraqueceu apenas o município em seu poder econômico, mas também tornou débil o seu poder político. A Câmara dos Vereadores sofreu as consequências dessa limitação de suas forças. A comunidade, por sua vez, sofreu os efeitos de uma tutela distante e se sentiu órfã debaixo do regime autoritário que desconhecia - ou ignorava - as suas necessidades.

A centralização administrativa padroniza soluções e retira do município o poder e os instrumentos de atuação. Fica, assim, anulada a autonomia municipal. Essa problemática, porém, não passou despercebida aos olhos da Nova República. A Federação deverá ser fortalecida justamente através da autonomia política de Estados e Municípios.

As administrações municipais correspondem ao papel de prestação de serviços e de promotoras do desenvolvimento local. Mas não há como se cogitar a autonomia política e administrativa sem a pertinente repartição de recursos.

Hoje, 60,2% dos recursos tributários estão em poder da União; 32,6% ficam com o Estado; apenas 7,2% se destinam aos municípios. Essa situação exige, portanto, a reforma tributária.

Essa dependência em que se encontram os municípios, com respeito à União, só acarreta a morosidade de decisões e ações, o agigantamento dos órgãos públicos, altos custos, e distanciamento entre autoridade e usuários dos serviços. É urgente restabelecer, portanto, dentro da realidade nacional de hoje, o enorme mérito instrumental e estratégico do município para o desenvolvimento econômico, social e político brasileiro.

Portanto, na medida em que a administração municipal opera através de uma estrutura leve e próxima do cidadão, na medida em que o administrador municipal e os municípios se relacionam sem a necessidade de grandes estruturas burocráticas, o município coloca-se como principal veículo de transformação dos anseios da comunidade em ação concreta, dispensada a intervenção do Estado centralizador.

A idéia da reforma tributária, anunciada desde o segundo semestre do ano passado, já inundou o Congresso Nacional. A divergência entre os políticos é apenas quanto ao melhor momento para executá-la. Em princípio, tal responsabilidade recai sobre a Constituinte. O senador catarinense, Jorge Bornhausen, presidente do Partido da Frente Liberal,

acha que os municípios já não podem esperar tanto.

De qualquer forma, a Constituição não pode mais presumir que todos os municípios são iguais. No Estado de São Paulo, por exemplo, entre os 572 municípios, 154 têm menos de 5 mil habitantes; 242 possuem entre 5 e 20 mil habitantes; 140 cidades têm entre 20 mil e 100 mil habitantes e apenas 36 possuem população acima disso.

Além do fator demográfico, os municípios desempenham funções diferentes dentro de regiões específicas. O governador Franco Montoro acredita que a nova Constituição deve lembrar-se disso e criar uma legislação especial para os pequenos municípios, livrando-os de exigências legais que só podem ser cumpridas pelos grandes centros urbanos.

Ao lado do direito de encontrar fórmulas próprias para resolução de problemas diferentes, surge a necessidade de se redefinirem obrigações. O Executivo e o Legislativo municipais terão um árduo trabalho, mas estarão em condições de atender às necessidades de sua população.

Autonomia municipal requer novas atribuições. É hora da participação municipal deixar de ser tímida. É hora de se debaterem os problemas onde eles realmente acontecem, e encontrar soluções locais, com os recursos da própria sociedade.

A redemocratização é mais fácil e mais verdadeira quando ela prolifera a partir das menores unidades da Federação. Uma Federação que vai ser cada vez mais forte, quanto maior for o poder decisório dos seus municípios.

**Celso Matsuda é vereador, líder do PFL e presidente da Comissão de Obras e Urbanismo**

ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL "SHOPPING NEWS"

DO DIA 28 DE ABRIL DE 1985, PÁGINA 14.



## *Câmara Municipal de Cordeirópolis*

### C E R T I D ã O

NELSON GOMES AFFONSECA JUNIOR - Assistente de Secretaria da Câmara Municipal de Cordeirópolis, no uso de suas atribuições legais,

### C E R T I F I C A

----- para os devidos fins de direito, que revendo os ATOS - dos Senhores Presidentes de Câmara do Município de Cordeirópolis (SP), deles verificou NÃO CONSTAR QUALQUER, que outorgasse concessão de direito real de uso, alienação, permuta ou doação do imóvel de propriedade do Município de Cordeirópolis (SP), de acordo com o Mandado Judicial de 23.02.1976, expedido pelo Cartório do 2º. Ofício da Comarca de Limeira, extraído do Processo nº. 777/73, subscrito pelo MM. Juiz de Direito da 2ª. Vara, Dr. Renato Riotaro Takiguthi, em 19.04.1976, e que assim se descreve: "Uma gleba com as seguintes confrontações: começando numa cerca velha que entra no tanque do Cascalho servindo de divisa com terras dos Irmãos Rosolen, segue 239 graus magnéticos a OSD passando na boca do ladrão do açude, no taludo da direita, onde mede-se cinquenta metros até chegar na parede de baixo do mesmo ladrão; segue a esquerda transpondo o dito canal com um ângulo de 150 graus medindo-se 135 metros até uma cerca de arame, confrontando até aí com os Irmãos Rosolen, segue-se direito mais doze metros e aí fazendo quadra para a esquerda mede-se 10 metros até um portão, confrontando nessa quadra com uma rua do núcleo colonial de Cascalho; segue-se para a direita com 335 graus pelo traçado de um caminho em projeto que passa no referido portão e segue-se por um pasto medindo 53 metros; segue para a direita com 307 graus pelo referido traçado, medindo-se 259 metros até um valo com cerca de arame à beira da estrada de Remanso, confrontando com os transmitentes; segue-se pelo valo para a esquerda com o ângulo de 70 graus pelo valo e cerca mencionados, medindo-se 97 metros; segue-se a esquerda com ângulo de 172 graus até a água do tanque medindo-se cento e oitenta metros; confrontan



## *Câmara Municipal de Cordeirópolis*

certidão/secretaria admin./25.06.1985/continuação/ fls.02

do por esse lado com terras da viuva Minatelli e Filhos, transcrição essa, em que já figurou como adquirente a CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, e como transmitentes Angelo Pixitelli e s/mulher da. Escolástica Peixoto Pixitelli, sendo o título de aquisição, escritura pública de compra e venda, datada de 22 de janeiro de 1929, lavrada nas notas do 2º Tabelião Francisco de Almeida Guimarães, pelo valor de Rs. .. 19:000\$000 (dezenove contos de réis)."

-----

-----

Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Cordeirópolis, em 25 de junho de 1985.

  
NELSON GOMES AFFONSECA JUNIOR  
-Assistente de Secretaria-



CAMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS  
ESTADO DE SÃO PAULO

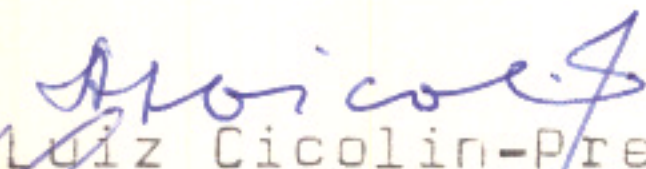
COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDACÇÃO  
BIÊNIO 1985/86

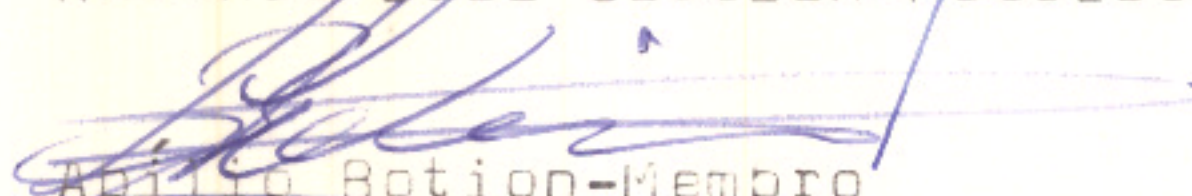
Ref. ao Projeto de Lei nº. 021/85-PMC-de 07/05/1985.

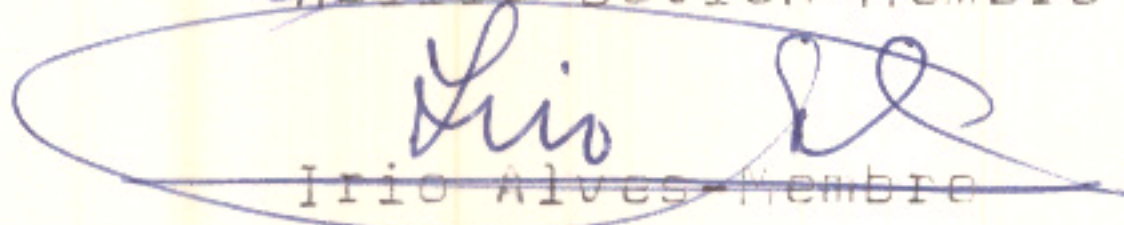
Analisando o Projeto de Lei em epígrafe, constatamos que o mesmo se encontra perfeitamente legal sob o aspecto jurídico-redacional, visto haver condições para sua aprovação.

É o parecer.

Cordeirópolis, 04 de junho de 1985.

  
Antônio Luiz Cicolin-Presidente

  
Antônio Botion-Membro

  
Irio Alves-Membro



CAMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS  
ESTADO DE SÃO PAULO

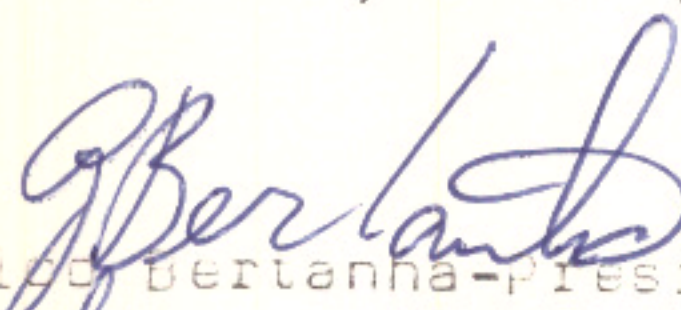
COMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
BIÊNIO 1985/86

Ref. ao Projeto de Lei nº. 021/85-PMC de 31/05/1985.

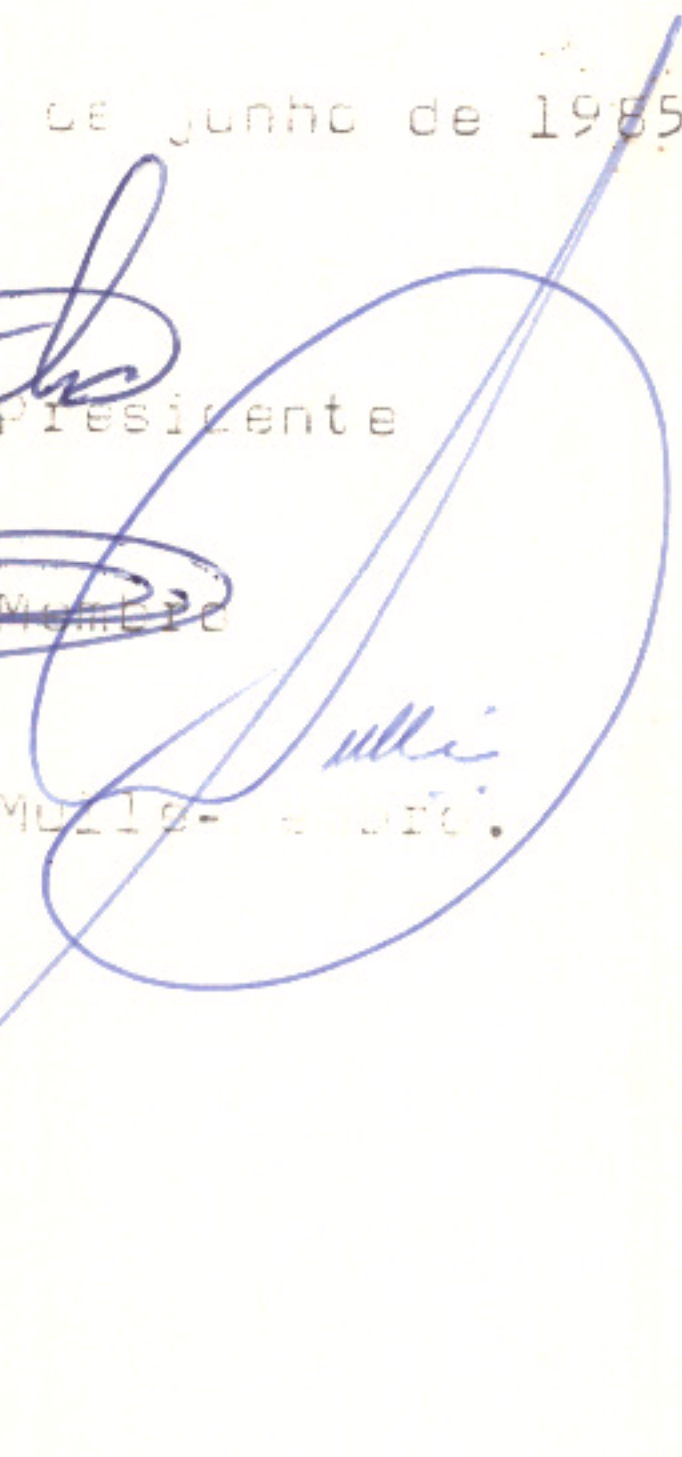
Analisando o Projeto de Lei em epígrafe, constatamos que o mesmo se encontra perfeitamente legal sob o aspecto de obras e serviços públicos, visto haver condições para sua aprovação.

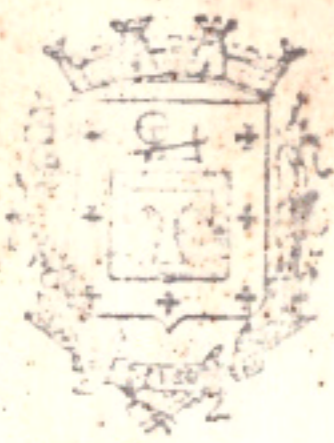
É o parecer.

Cordeirópolis, 24 de junho de 1985.

  
Geraldo Bertanna - Presidente

  
Otávio Tomazella - Membro

  
Sérgio Ap. Dalia Mulla - Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS  
ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA  
SOCIAL.

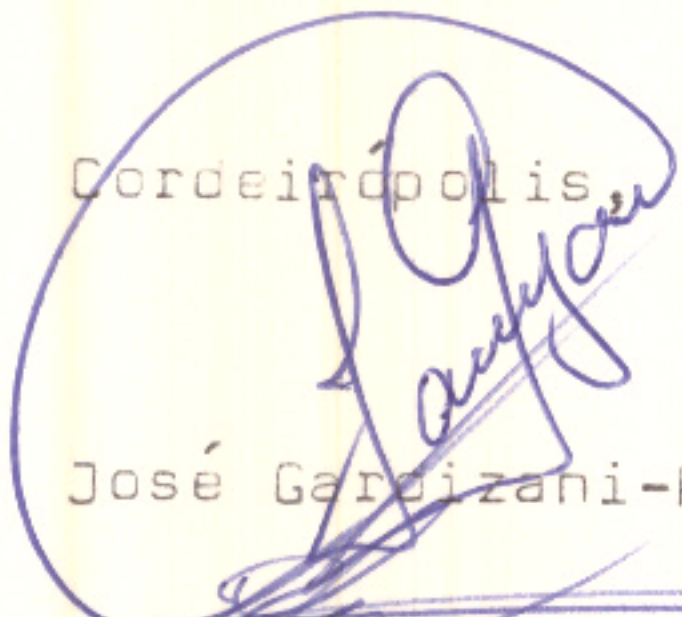
BIÊNIO 1985/86


Ref. ao Projeto de Lei nº. 021/85-PMC de 31/05/1985.

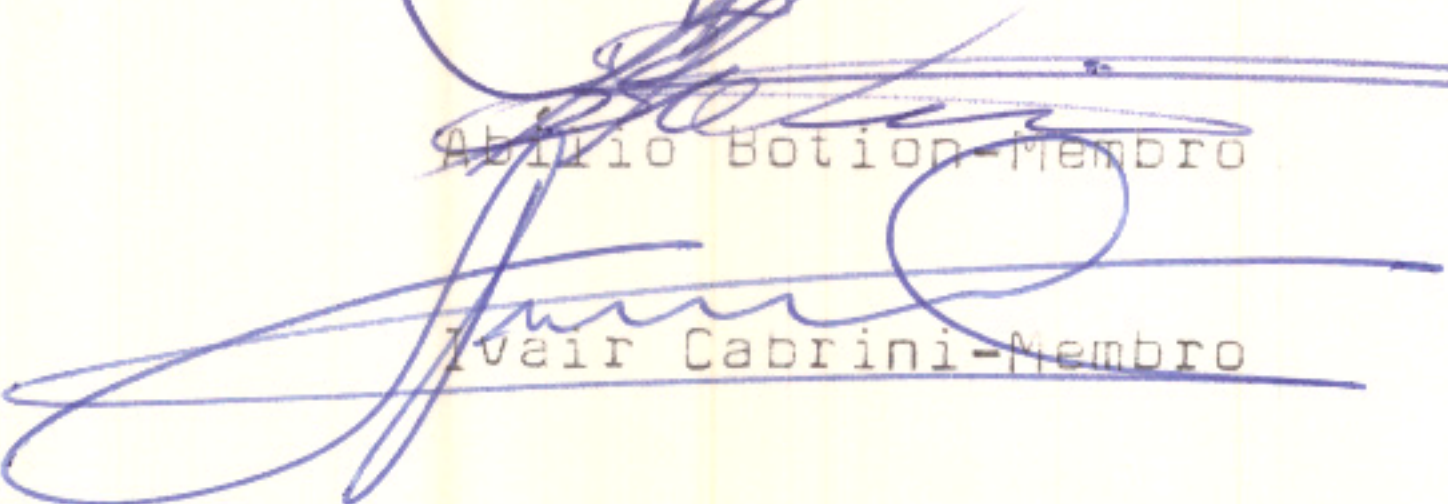
Analizando o Projeto de Lei em epígrafe, constatamos que o mesmo se encontra perfeitamente legal sob o aspecto de educação, saúde e assistência social, visto haver condições para sua aprovação.

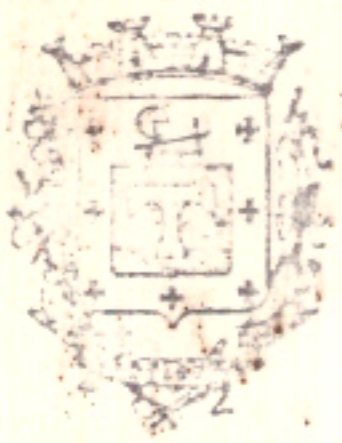
É o parecer.

Cordeirópolis, 04 de junho de 1985.

  
José Garcezani-Presidente

  
Abílio Botion-Membro

  
Ivair Cabrini-Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS  
ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO  
BIÊNIO 1985/86

Ref. ao Projeto de Lei nº. 021/85-PMC-de 31/05/85.

Analisando o Projeto de Lei em epígrafe, constatamos que o mesmo se encontra perfeitamente legal sob o aspecto financeiro-orçamentário, visto haver condições para sua aprovação.

É o parecer.

Cordeirópolis, 04 de junho de 1985.

Otavio Tomazella-Presidente

Geraldo Killer-Membro

Nelson Zanetti-Membro